



Central Eólica Jerusalém VI S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Jerusalém VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a



Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as



Central Eólica Jerusalém VI S.A.

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 30 de abril de 2026

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	84.312	8.393	Fornecedores	11	3.764	1.551
Contas a receber	8	2.163	2.542	Financiamentos	14	8.567	1.091
Partes relacionadas	13	—	239	Partes relacionadas	13	244	12.301
Tributos a recuperar		23	567	Tributos a recolher		219	826
Outros ativos		80	470	Imposto de renda e contribuição social		769	148
Total do ativo circulante		86.578	12.211	Outros passivos		159	871
Não circulante				Total do passivo circulante		13.722	16.788
Aplicação financeira restrita	9	3.658	1.659	Não circulante			
Imobilizado	10	147.061	153.656	Financiamentos	14	97.608	27.075
Outros ativos		172	—	Provisão para remoção de imobilizado	20	637	637
Total do ativo não circulante		150.891	155.315	Total do passivo não circulante		98.245	27.712
				Total do passivo		111.967	44.500
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.1	130.849	124.849
				Prejuízos acumulados	15.3	(5.347)	(1.823)
				Total do patrimônio líquido		125.502	123.026
Total do ativo		237.469	167.526	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		237.469	167.526

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	16	24.690	21.861
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	17.1	(21.638)	(18.648)
Custo dos serviços prestados	17.1	(1.070)	(122)
		<u>(22.708)</u>	<u>(18.770)</u>
Lucro bruto		<u>1.982</u>	<u>3.091</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17.2	(2.699)	(1.811)
Outras (despesas) receitas		—	—
		<u>(2.699)</u>	<u>(1.811)</u>
Prejuízo operacional		<u>(717)</u>	<u>1.280</u>
Receitas financeiras	18	2.864	635
Despesas financeiras	18	(3.740)	(3.317)
Resultado financeiro líquido		<u>(876)</u>	<u>(2.682)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.593)</u>	<u>(1.402)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.932)	(516)
Prejuízo do exercício		<u>(3.525)</u>	<u>(1.918)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	21	<u>(0,0279)</u>	<u>(0,0154)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prejuízo do exercício		<u>(3.525)</u>	<u>(1.918)</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		<u><u>(3.525)</u></u>	<u><u>(1.918)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

		Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total de Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		124.849	—	912	—	125.761
Distribuição de dividendos		—	—	(816)	—	(816)
Prejuízo do exercício	15.3	—	—	—	(1.918)	(1.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		124.849	—	96	(1.918)	123.027
Aumento de capital	15.1	6.000	—	—	—	6.000
Prejuízo do exercício	15.3	—	—	—	(3.525)	(3.525)
Constituição de reserva legal	15.2	—	60	(60)	—	—
Absorção de reserva de retenção de lucros		—	—	(36)	36	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		130.849	60	—	(5.407)	125.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.593)	(1.402)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos tributos:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	(240)	(224)
Depreciação	10	6.595	7.308
Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	14	3.091	2.473
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado		—	5
Custos de empréstimos a apropriar	14	28	—
Total ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos tributos:		9.474	9.562
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		379	(583)
Contas a receber de partes relacionadas		239	(234)
Tributos a recuperar		545	53
Movimentações de outros ativos		218	575
Fornecedores		1.500	(341)
Contas a pagar para partes relacionadas		(12.057)	169
Total das variações nos ativos e passivos:		(9.782)	310
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.310)	(368)
Pagamentos realizados para financiamentos (Valor dos juros)	14	(1.572)	(573)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(4.784)	7.529
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira a longo prazo	9	(1.759)	1.751
Aquisição de bens do imobilizado	10	—	(774)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(1.759)	977
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		—	(816)
Aporte de capital social recebidos	15.1	6.000	—
Pagamentos realizados para financiamentos (Valor do principal)	14	(1.766)	(740)
Captação de empréstimos e financiamentos	14	78.228	—
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		82.462	(1.556)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		75.919	6.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	8.393	1.443
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	84.312	8.393
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		75.919	6.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Central Eólica Jerusalém VI S.A. (“Companhia” ou “Jerusalém VI”), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Jerusalém VI, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades.

A Jerusalém V pertence ao Grupo Statkraft representada pela controladora final Statkraft AS sediada na cidade de Oslo na Noruega. A Companhia tem sede e foro na Rodovia José Carlos Daux, nº 5.500, 3º andar, sala 341, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, Florianópolis, estado de Santa Catarina.

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2026.

1.2 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou capital circulante líquido positivo de R\$ (72.856) (R\$ 4.577 de capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024). A Administração da Companhia entende que os aportes de capital recebidos gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, tendo portanto, preparado suas demonstrações financeiras baseada no princípio da continuidade.

2.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

2.6 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

2.7 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, são aplicados sobre o valor dos ativos e passivos financeiros deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment), se aplicável, e são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam a vida útil técnica estimada para cada bem do imobilizado limitada ao período de autorização da usina.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.10 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança sem incluir as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.13 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.14 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.15 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.16 Resultado por ação

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. O reconhecimento é realizado conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue.

2.18 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

◦ Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida norma não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Reforma tributária sobre o consumo e efeitos do Pilar 2

A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avaliou os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2025.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

3.1 Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado, bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido exercício.

A provisão de desmobilização está vinculada com o contrato de arrendamento de terras vigente para Companhia, o qual está condicionado a pagamento variável vinculado a receita e, portanto, não possui ativo e passivo de arrendamento constituído, conforme previsto no CPC 06 R2.

3.2 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas eólicas utilizando a vida útil técnica limitada ao período de autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

3.3 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível".

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4 Política de gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada	Mensuração
Risco de mercado - taxa de juros	Ativos e passivos financeiros	Análise de sensibilidade	Análise taxa de juros disponíveis no mercado
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

4.1.1 Risco de mercado

4.1.1.1 Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

4.1.1.2 Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2025	31.12.2024	(50)%	(25)%	Cenário provável	25 %	50 %
Fator de risco CDI							
Aplicações financeiras restritas	3.658	1.659	(273)	(136)	545	136	273
Impacto líquido CDI	85.477	9.677	(6.368)	(3.184)	12.736	3.184	6.368
Taxas consideradas (%) a.a.	14,90%	12,15%	(7,45)%	(3,73)%	14,90 %	3,73 %	7,45 %
Fator de risco IPCA							
Financiamentos	106.175	28.166	(2.283)	(1.141)	4.566	1.141	2.283
Impacto líquido IPCA	106.175	28.166	(2.283)	(1.141)	4.566	1.141	2.283
Taxas consideradas(%) a.a.	4,30%	4,83%	(2,15)%	(1,08)%	4,30 %	1,08 %	2,15 %

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela anterior e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 31 de dezembro de 2025, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para o exercício de 31 de dezembro de 2025.

4.1.1.3 Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos ou passivos existentes denominados em moeda estrangeira referem-se exclusivamente a transações com partes relacionadas, não existindo, assim, exposição representativa a esse risco.

4.1.1.4 Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

4.1.1.5 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. A Companhia tem como medida mitigatória a análise de crédito de suas contrapartes e, em caso de inadimplência, acompanhamento com diversas áreas da Companhia com a finalidade de evitar qualquer perda financeira nas operações em questão.

A análise das contrapartes com as quais a Companhia mantém suas transações não apontam riscos significativos e a administração entende que o risco de crédito está mitigado para o referido exercício.

4.1.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5 Instrumentos financeiros

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	84.312	8.393
Contas a receber	2.163	2.542
Aplicação financeira restrita	3.658	1.659
	<u>90.133</u>	<u>12.594</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	3.764	1.551
Partes relacionadas	244	12.301
Financiamentos	106.175	28.166
	<u>110.183</u>	<u>42.018</u>

6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para reduzir esse custo.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Total dos financiamentos	106.175	28.166
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(84.312)	(8.393)
(-) Aplicação financeira restrita	(3.658)	(1.659)
Dívida líquida (Excedente de caixa)	<u>18.205</u>	<u>18.114</u>
Patrimônio líquido	<u>125.502</u>	<u>123.026</u>
Índice de alavancagem financeira - %	14,51 %	14,72 %

7 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	31.12.2025	31.12.2024
Contas bancárias em moeda funcional	2.493	375
Aplicações financeiras com liquidez imediata	81.819	8.018
	<u>84.312</u>	<u>8.393</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs com rentabilidade média de 99,49% em 31 de dezembro de 2025 (99% em 31 de dezembro 2024) referenciada em CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer riscos de alterações significativas em seus valores.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecimento de energia elétrica	2.163	2.542
	<u>2.163</u>	<u>2.542</u>
Apresentados como:		
Ativo circulante	2.163	2.542

Fornecimento de energia elétrica: saldo referente a venda de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR.

Fornecimento de energia elétrica: saldo referente a venda de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Saldo de mercado de curto prazo: representado pelos valores de geração excedente ao contrato de venda de energia, e que deve ser liquidado no âmbito da CCEE.

A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por ter iniciada sua operação em janeiro de 2023 e a venda realizada a grandes players de mercado, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2025.

9 Aplicação financeira restrita

Por força do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia deve manter saldos em contas correntes remuneradas ou aplicações financeiras, classificados como aplicações financeiras restritas, destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações previstas no referido contrato, abrangendo: (i) a Conta Reserva do Serviço da Dívida, que deve manter saldo correspondente a seis vezes a última prestação vencida, composta por principal e juros; e (ii) a Conta Reserva de Operação e Manutenção, que deve manter valores suficientes para cobrir as próximas três parcelas dos contratos de operação e manutenção. Os recursos permanecem vinculados durante todo o prazo do financiamento, com movimentação restrita, sendo mantidos em aplicações financeiras com liquidez e rentabilidade compatíveis, usualmente referenciadas ao CDI, conforme estabelecido contratualmente.

As movimentações das aplicações financeiras restritas podem ser assim demonstradas:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial do exercício	<u>1.659</u>	<u>3.186</u>
Aplicações	2.132	242
Resgates	(373)	(1.993)
Rendimentos bruto de impostos	240	224
Saldo final do exercício	<u><u>3.658</u></u>	<u><u>1.659</u></u>

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Imobilizado

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
				31.12.2025			31.12.2024
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,79 %	24.059	(2.591)	21.468	24.059	(1.658)	22.401
Máquinas e Equipamentos	3,59 %	7.576	(748)	6.828	7.576	(478)	7.098
Turbinas	4,06 %	126.198	(15.063)	111.135	126.198	(9.959)	116.239
Linhas de transmissão	3,26 %	8.342	(786)	7.556	8.342	(499)	7.843
Outros ativos	14,29 %	75	(1)	74	—	—	—
Imobilizado em curso	— %	—	—	—	75	—	75
Total do imobilizado líquido		166.250	(19.189)	147.061	166.250	(12.594)	153.656

	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Turbinas	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 1.01.2024	—	160.190	—	—	—	—	51	160.241
Adições	—	—	—	—	—	774	—	774
Reclassificação	23.334	(152.822)	8.130	122.057	—	(699)	—	—
Depreciação	(933)	(270)	(287)	(5.818)	—	—	—	(7.308)
Transferência para outras linhas de Balanço ¹	—	—	—	—	—	—	(51)	(51)
Saldo em 31.12.2024	22.401	7.098	7.843	116.239	—	75	—	153.656
Reclassificação	—	—	—	—	75	(75)	—	—
Depreciação	(933)	(270)	(287)	(5.104)	(1)	—	—	(6.595)
Saldo em 31.12.2025	21.468	6.828	7.556	111.135	74	—	—	147.061

¹ Transferência realizada para outras linhas de ativos para uma melhor apresentação dos saldos de imobilizado.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Custo de remoção de imobilizados

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas são compostos a partir de informações disponíveis para o custo de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado em curso, sendo constituída de acordo com o andamento da obra ao imobilizado em andamento.

11 Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de materiais e serviços	3.764	1.551
	3.764	1.551
Apresentados como:		
Passivo circulante	3.764	1.551

Fornecedores de materiais e serviços: saldos a pagar referentes a aquisição de bens e serviços necessários para execução das atividades operacionais e administrativas da Companhia.

12 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo presumido	26.358	20.314	26.358	20.314
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	2.109	1.625	3.163	2.438
Receitas financeiras	2.864	—	2.864	—
Outras receitas	505	598	505	598
Base de Cálculo	5.478	2.223	6.532	3.036
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	(1.369)	(556)	(588)	(273)
Outros efeitos em tributos	—	289	—	—
Dedução adicional IRPJ	24	24	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(1.345)	(243)	(588)	(273)

13 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços e condições em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Ativo Circulante			
Clientes			
Statkraft Comercialização de Energia S.A	(ii)	—	234
Central Eólica Jerusalém IV S.A.	(i)	—	5
		<u>—</u>	<u>239</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
Statkraft Energias Renováveis S.A	(i)	141	414
Statkraft AS	(i)	66	3
Statkraft Energi AS	(i)	37	36
Central Eólica Jerusalém III S.A.	(i)	—	11.848
		<u>244</u>	<u>12.301</u>

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro:

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita de venda de energia elétrica			
Statkraft Comercialização de Energia S.A	(iii)	5.900	2.866
Oslo IV S.A	(iii)	289	—
Central Eólica Boqueirão II S.A.	(iii)	135	—
		<u>6.324</u>	<u>2.866</u>
Custo da compra de energia elétrica			
Statkraft Comercialização de Energia S.A	(iii)	(1.591)	—
		<u>(1.591)</u>	<u>—</u>
Custo de O&M			
Statkraft Energi AS	(iv)	(360)	(287)
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	(708)	(672)
		<u>(1.068)</u>	<u>(959)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(v)	(123)	(66)
Statkraft AS	(v)	(467)	(16)
		<u>(590)</u>	<u>(82)</u>
Total de Custos e Despesas		<u>(3.249)</u>	<u>(1.041)</u>

- i. Saldos a receber e a pagar pelos serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) e rateio de custos administrativos;
- ii. Saldo a receber referente a operações de venda de energia como estratégia comercial.
- iii. Receita e custo referente a operação de compra e venda de energia como estratégia comercial
- iv. Custo referente a contratação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção).
- v. Despesa referente a despesas compartilhadas.

13.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14 Financiamentos

A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 105.675 e prazo de 20 anos. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato.

	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento de obras - BNDES	106.175	28.166
Total de financiamentos	106.175	28.166
Apresentados como:		
Passivo circulante	8.567	1.091
Passivo não circulante	97.608	27.075

A movimentação dos financiamentos podem ser assim demonstrados:

Saldo em 1 de janeiro de 2024	27.006
Pagamento de principal	(740)
Pagamento juros	(573)
Custos e encargos apropriados	2.473
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.166
Pagamento de principal	(1.766)
Pagamento juros	(1.572)
Captação de financiamentos	78.228
Custos e encargos apropriados	3.091
Amortização do custo	28
Saldo em 31 de dezembro de 2025	106.175

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

	2027	2028	2029	Após 2029	Total
BNDES	5.714	5.714	5.714	80.466	97.608
	5.714	5.714	5.714	80.466	97.608

Cláusulas Restritivas

A Companhia é parte, na qualidade de beneficiária, de contrato de financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado à implantação do Complexo Eólico Jerusalém, do qual a Companhia é integrante.

O referido contrato estabelece determinadas restrições operacionais e financeiras que impactam a Companhia, enquanto vigente o financiamento, dentre as quais se destacam:

- restrições à assunção de novas dívidas, excetuadas aquelas expressamente permitidas nos termos contratuais;
- vedações à realização de reorganizações societárias, tais como fusão, cisão ou incorporação, bem como a alterações que impliquem mudança de controle, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- restrições à alienação ou oneração de determinados ativos, em especial aqueles vinculados às garantias do financiamento ou integrantes do ativo não circulante, sem a prévia anuência do BNDES.

O contrato prevê, adicionalmente, obrigações financeiras e covenants apurados exclusivamente em base consolidada, no nível do Complexo Eólico Jerusalém, não sendo exigido o atendimento ou a apuração de índices financeiros individualmente pela Companhia.

Na data de encerramento do exercício, a Administração avalia que a Companhia encontra-se em conformidade com as obrigações contratuais aplicáveis, não havendo registros de descumprimento que resultem em vencimento antecipado das obrigações financeiras.

Garantias

Para garantia das obrigações assumidas no âmbito do contrato de financiamento, foram constituídas, dentre outras, garantias reais e fiduciárias em favor do BNDES, incluindo a cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do projeto, a vinculação de contas controladas e contas reserva, bem como o penhor de ações das sociedades integrantes do Complexo Eólico Jerusalém, nos termos do contrato de financiamento e dos respectivos contratos acessórios.

As garantias permanecem vigentes até a liquidação integral das obrigações financeiras assumidas no âmbito da operação.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado pelo montante de R\$130.849 (R\$124.849 em 31 de dezembro de 2024) e por 130.849.738 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (124.849.000 ações em 31 de dezembro de 2024).

Durante o ano de 2025 a Companhia recebeu um aumento de capital no montante de R\$ 6.000 de sua acionista Jerusalém Holding S.A. o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado no referido exercício.

15.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

15.3 Prejuízos acumulados

Os resultados apurados ao final de cada exercício social deverão ter o destino que vier a ser determinado pelos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo de R\$(3.525) o qual foi totalmente destinado a prejuízos acumulados.

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16 Receita líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional		
Receita de fornecimento de energia elétrica	25.347	21.984
Receita de prestação de serviços	290	172
Transações no mercado de curto prazo	—	559
Total da receita operacional bruta	25.637	22.715
Deduções da receita operacional		
PIS	(169)	(152)
COFINS	(778)	(702)
Total das deduções sobre a receita	(947)	(854)
Receita operacional líquida	24.690	21.861

17 Custos e despesas**17.1 Custos**

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(9.516)	(5.488)
Depreciação e amortização	(6.595)	(7.308)
Encargos setoriais	(2.671)	(2.597)
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.659)	(959)
Serviços de terceiros	(900)	(1.875)
Seguros fianças e comissões	(367)	(543)
	(22.708)	(18.770)

17.2 Despesas

	31.12.2025	31.12.2024
Serviços de terceiros	(710)	(867)
Serviços tomados de partes relacionadas	(592)	(82)
Encargos setoriais	(156)	(252)
Estudos em desenvolvimento	(81)	—
Impostos e taxas	(379)	(281)
Materiais	—	(7)
Viagens e estadias	(13)	(23)
Aluguel	(303)	(296)
Penalidades	(446)	—
Outros	(19)	(2)
	(2.699)	(1.811)

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18 Resultado financeiro

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	2.614	411
Rendimentos de aplicações financeiras	240	224
Variação cambial ativa	10	—
Total da receita financeira	<u>2.864</u>	<u>635</u>
Despesas financeiras		
Com financiamentos	(3.091)	(2.238)
IOF, multas e juros sobre tributos	(37)	(966)
Variação cambial passiva	(6)	(35)
Outras despesas financeiras	(606)	(78)
Total da despesa financeira	<u>(3.740)</u>	<u>(3.317)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(876)</u>	<u>(2.682)</u>

19 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis para fins de provisão, nem possíveis para fins de divulgação no exercício de 2025.

20 Provisão para remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente, entretanto, a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original ao final da autorização ou contrato de arrendamentos. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização foram capitalizados na Companhia na data da avaliação e estão reconhecidos no montante de R\$ 637 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 637 em 31 de dezembro de 2024).

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prejuízo do exercício	(3.525)	(1.918)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	126.361	124.849
Prejuízo por ação – básico e diluído	<u>(0,0279)</u>	<u>(0,0154)</u>

Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22 Outros riscos

22.1 Risco operacional - Vento

Risco decorrente de possível escassez ou excesso de ventos, como os ativos eólicos não são participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), parte da energia gerada é negociada em contratos baseados na produção ou vendidos no Spot a Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A produção base destes contratos é baseada em estudos energéticos que levam em consideração a incidência média de ventos em um período, nesta metodologia é intrínseco o risco de comportamentos climáticos anômalos, que conseqüentemente causarão uma variação na produção de energia destes ativos. Da mesma forma, comportamento anômalos podem provocar (com baixíssima probabilidade), rajadas de ventos excessivas acima do dimensionamento dos ativos, o que pode causar danos aos equipamentos.

23 Seguros

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de Riscos Operacional e Responsabilidade Civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, na qual inclui como cossegurada a SPE Central Eólica Jerusalém VI S.A., com vigência de 31 de março de 2025 a 31 de março de 2026.

24 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do exercício fiscal do ano de 2025, a Companhia decidiu alterar o regime de apuração fiscal, passando do Lucro Presumido para o Lucro Real, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.